



Sindicato dos Odontologistas
do Distrito Federal

Jornal do

FILIADO À CUT E À FIO
SODDF

SGAS 616 - Lote 115 - Fone: 3346-1811 - Fax: 3346-3733 - www.sodf.org.br - sodf@sodf.org.br

Impresso
Especial
36/2002-ECT/BSB
SODF
... CORREIOS ...

Fevereiro/Março de 2007

Campanha salarial de 2007 teve início com assembléia no dia 6 de fevereiro

A campanha salarial deste ano foi aberta oficialmente no último dia 6 de fevereiro, com assembléia geral realizada no auditório da ABO-DF. No dia 13.02 aconteceu a primeira assembléia específica dos cirurgiões-dentistas da Secretaria de Saúde, também no auditório da ABO-DF, quando foi discutida e aprovada a pauta de reivindicações da categoria. Entre outras coisas, os profissionais da SES-DF vão lutar por isonomia salarial com os médicos, melhores condições de trabalho, concurso público para CD – com a finalidade de preencher as vagas existentes e ampliar a rede – e reajuste do auxílio-alimentação para R\$ 537,00, mesmo patamar da Câmara Legislativa.

Página 5

Anuidade de 2007 vence no dia 31 de março

Fique atento a esse importante compromisso com as lutas da nossa categoria. Os recursos da anuidade possibilitam, por exemplo, que o Sindicato represente juridicamente os associados. Atenção também para o pagamento da contribuição sindical obrigatória por lei.

Página 3



NOVAS AÇÕES JUDICIAIS

Conversão da licença-prêmio em pecúnia, diferenças da gratificação natalícia e expurgo inflacionário do FGTS referente ao Plano Verão são três das ações que o escritório de advocacia contratado pelo SODF impetrará na Justiça nos próximos dias.

Página 8

Carga horária do CD no serviço público federal

Federação trabalha para manter a jornada de 30 horas semanais. **Página 7**

Foto: FIO



Participaram de reunião no Ministério do Planejamento (esq. p/ dir.): Vladimir Nepomuceno (Departamento de Relações do Trabalho), Aílton Diogo Morilhas (vice-presidente do CFO), Sérgio Mendonça (secretário de Recursos Humanos), José Carrijo Brom (presidente da FIO) e Fábio Alauri Jacob (presidente do SODF)

ABO-Taguatinga e CRO empossaram novas diretorias em 2006

O presidente do Sindicato compareceu às solenidades de posse e reforçou a disposição de manter a atuação conjunta com essas entidades. Desde janeiro último, dirigentes do SODF, ABO-DF, ABO-Taguatinga, CRO-DF e ABCD promovem reunião mensal com esse objetivo.

Página 4

FIO fará VII Congresso em 2007

“Perspectivas para a Saúde Bucal no Brasil” foi o tema central escolhido para o VII Congresso da Federação Interestadual dos Odontologistas (VII CONFIO). Todos os sindicatos filiados à Federação, entre eles o SODF, estão envolvidos na organização do Congresso.

Página 7

Os avanços de 2006 e os desafios de 2007

Em entrevista concedida ao Jornal da FIO, edição de dezembro último, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou os ótimos resultados obtidos pelo governo com o Programa Brasil Sorridente, como a ampliação das equipes de saúde bucal de 4.260 em 2002 para 14.775 até outubro de 2006, e a instalação de 485 Centros de Especialidades Odontológicas em todas as regiões do Brasil, até novembro último, superando naquele mês a previsão de 475 CEOs instalados até o fim de 2006. Sobre as perspectivas para a saúde bucal em seu segundo mandato, o presidente Lula prometeu dar ainda mais atenção ao setor. Em nível nacional, portanto, as notícias são boas e as perspectivas, animadoras.

Aqui no DF, acompanhamos com atenção o início do novo governo. Durante a campanha eleitoral, o candidato José Roberto Arruda apresentou como principal proposta para a área de saúde bucal o Programa Dentista na Escola (PDE), com a meta de colocar uma equipe de saúde bucal em cada estabelecimento de ensino público do DF com mais de 1 mil alunos, para atendimento aos estudantes de até 15 anos de idade. O SODF e as demais entidades odontológicas do DF não poderiam ficar alheios a essa questão. Por isso, enviaram ao governador, em novembro último, documento no qual reconhecem a importância do PDE como parte de uma política de saúde bucal para o DF, bem como a atenção especial que

o novo governo demonstra dispensar à Odontologia. Deixamos clara a intenção de praticar uma Odontologia consonante com as idéias do Executivo e, acima de tudo, participativa, universal e equânime, com o objetivo de auxiliar o governo a ter uma intervenção em saúde bucal bem-sucedida em todos os aspectos.

Entretanto, apesar da perspectiva positiva de criação de novas vagas para cirurgiões-dentistas e auxiliares no serviço público, acreditamos que o PDE deve ser encarado como uma das ferramentas de ação do SUS, como o são hoje outros programas do governo, a exemplo do Cárie Zero. Acreditamos que o PDE trará resultados à saúde bucal no DF, desde que esteja integrado a todas as ações do SUS e que não seja priorizado como uma panacéia. Por ser voltado a uma faixa etária específica, é importante que o GDF dê uma atenção diferenciada à rede de atenção básica, tais como centros e postos de saúde, por meio da contratação de mais cirurgiões-dentistas e substituição dos equipamentos odontológicos sucateados, que hoje representam 70% do total da rede, segundo informações da SES-DF.

Ressaltamos na carta ao governador que, para se obter um resultado impactante e de grande repercussão junto à sociedade, a Odontologia precisa ter mais autonomia, inclusive com recursos próprios, para gerir todos os projetos de saúde bucal de forma dinâmica e, sobretudo, eficiente. Defendemos, para isso, que o PDE fique

sob a responsabilidade da SES-DF, junto com os demais programas. Essa medida permitiria total integração de todas as ações da saúde bucal no DF. Assim, sugerimos a criação de uma Coordenação de Saúde Bucal, a quem caberia dirigir o PDE, os CEOs (Centros de Especialidades Odontológicas – Programa Brasil Sorridente), a atenção básica em saúde (centros de saúde e Programa Saúde da Família), a atenção secundária (hospitais regionais) e terciária (Hospital de Base).

Nossa disposição de auxiliar o novo governo também está expressa na sugestão de se criar um conselho consultivo de lideranças, integrado por representantes das principais entidades da classe odontológica no DF, não-remunerados, que teriam a tarefa de discutir as propostas para a saúde bucal, para que atendam a princípios gerais de aplicabilidade.

Pretendemos manter um canal de comunicação constante e objetivo com os gestores da Saúde no novo governo, condição fundamental para que tenhamos avanços de fato para a população e para os profissionais que representamos. Esperamos contar com a participação mais ativa da categoria nessa luta, logicamente não nos esquecendo das demandas dos colegas profissionais liberais e dos que atuam no setor privado.

Desejamos a todos, cirurgiões-dentistas e demais colegas da equipe de saúde bucal, um ano de muitas e significativas realizações!

Regulamentação das profissões de THD e ACD foi aprovada na Câmara

No dia 9 de novembro de 2006, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei n.º 1.140/03, que regulamenta as profissões de técnico em higiene dental e auxiliar de consultório dentário. A matéria tramitará a partir de agora no Senado Federal.

Retificamos a seguinte informação divulgada no *Jornal do SODF* de

setembro de 2006: “O texto aprovado na Câmara dos Deputados foi fruto de acordo entre a FIO, o CFO, a ABO Nacional e a ABCD...”. A Federação Nacional dos Odontologistas (FNO) também participou das negociações que resultaram no texto do projeto; o Sindicato dos Odontologistas desculpa-se publicamente por essa omissão involuntária na citada matéria.

Declaração obrigatória

O Sindicato lembra que, no próximo mês de maio, todos os servidores da Secretaria de Saúde, incluindo os cirurgiões-dentistas, deverão preencher a declaração de participação em gerência ou administração de empresas privadas. A obrigatoriedade de preenchimento dessa declaração consta na Portaria n.º 52, de 10.10.06, publicada no *Diário Oficial do DF* do dia 11.10.06, nos termos do artigo 117 da Lei n.º 8.112/90. Mais informações na área de recursos humanos da SES-DF.

Fique atento aos vencimentos da contribuição sindical e da anuidade de 2007

Contribuição sindical de pessoa jurídica:

Vencimento: **31 de janeiro**
Valores: ver tabela no site www.sodf.org.br
Quem não quitou esse compromisso na data do vencimento deve regularizar a situação o quanto antes (veja subtítulo "Por que pagar").

Contribuição sindical de pessoa física:

Vencimento: **28 de fevereiro**
Valor: **R\$ 78,00** (definido em assembléia geral dos cirurgiões-dentistas realizada no dia 5 de dezembro de 2006)

Destinação dos recursos da contribuição sindical:

- 5% para a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL)
- 15% para a Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO)
- 60% para o Sindicato dos Odontologistas do DF
- 20% para o Ministério do Trabalho/Fundo de Amparo ao Trabalhador

Por que pagar

A contribuição sindical representa a principal fonte de financiamento das entidades sindicais, federações e confederações. Portanto, advém desses recursos a capacidade dos sindicatos de viabilizarem as lutas em defesa dos interesses da categoria. A contribuição sindical é obrigatória para toda categoria profissional, independentemente de ser o profissional filiado ao sindicato, conforme determina a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nos seus artigos 578, 579, 599, 600 e 606.

O artigo 508 da CLT estabelece que as repartições federais, estaduais ou municipais não concederão registros ou licenças para funcionamento ou renovação de atividades aos estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, nem concederão alvarás sem que sejam exibidas as provas de quitação da contribuição sindical. As seguintes informações são também importantes:

- **Estão isentos:** militares ou empregados exclusivamente estatutários, aposentados com baixa no CRO-DF e enfermos recebendo auxílio-doença do INSS. Nesses casos, deve-se apresentar comprovante junto ao sindicato para a devida baixa.
- Cirurgiões-dentistas empregados da rede privada deverão recolher a contribuição sindical ao SODF e apresentar cópia do pagamento ao empregador até o dia 28 de fevereiro, para não sofrer o desconto de um dia de trabalho.

- Os cirurgiões-dentistas, sejam profissionais liberais ou empregados da rede pública ou privada, devem pagar a contribuição sindical somente ao Sindicato dos Odontologistas do DF. Em caso de pagamento a outro sindicato, o profissional ficará em débito com o SODF.
- O CD que não receber até o dia 28 de fevereiro o boleto encaminhado pelo Sindicato, deve entrar em contato com a entidade pelo telefone 3346-1811.

“A conjuntura sócio-política e econômica requer organizações representativas fortes. Neste cenário, o sindicato reveste-se de importância cada vez maior, seja para obter conquistas ou para ajudar a manter as garantias dos trabalhadores. Portanto, compreender a função da entidade sindical e contribuir para o seu fortalecimento é uma questão fundamental, principalmente no contexto do mercado de trabalho atual. Não deixe de cumprir esse importante compromisso com sua categoria. Procure o SODF para qualquer esclarecimento. Lembre-se que, por ser obrigatório, o não-pagamento da contribuição sindical é passível de cobranças, inclusive por parte do sindicato.”

*José Carrijo Brom,
presidente da FIO*

Anuidade

Vencimento: **31 de março**
Valor: **R\$ 125,00**, definido pelos cirurgiões-dentistas em assembléia realizada no dia 5 de dezembro de 2006

A anuidade é devida apenas pelos cirurgiões-dentistas sócios do SODF. Os recursos provenientes da anuidade permitem que o Sindicato se organize e represente juridicamente seus filiados (veja na página 8 as novas ações ajuizadas pelo SODF). Embora seu

pagamento não seja obrigatório, espera-se que os associados compreendam a importância de ajudar a fortalecer o SODF e, por consequência, as lutas de toda a categoria, estejam os profissionais no serviço público ou em clínicas e consultórios particulares.

Conselho Regional de Odontologia empossou nova diretoria em 2006

Foto: Leonardo Prado

O presidente do SODF prestigiou a posse dos novos conselheiros do CRO-DF, ocorrida em novembro de 2006. Durante a solenidade, Fábio Alauri Jacob reafirmou o compromisso de continuar trabalhando em parceria com a entidade e desejou sucesso à nova gestão.

Integram a diretoria do Conselho Regional de Odontologia os colegas Nilo Celso Pires (presidente), Luís Flávio Marconi (secretário) e Júlio César (tesoureiro). Outros sete conselheiros presidem as comissões que complementam a estrutura política e administrativa do CRO-DF

Dentre as metas da atual gestão, Nilo Celso Pires destaca a profissionalização do Conselho em todas as suas atribuições, com melhoria em sua eficiência operacional e a adoção de uma cultura republicana no trato da coisa pública. Com este objetivo, está em curso uma política de valorização dos funcionários, com a discussão do acordo coletivo para vigor entre 1.º de maio de 2006 a 30 de abril de 2008.



Os novos conselheiros do CRO-DF Nilo Celso Pires, Luís Flávio Marconi e José Cleomir T. Filho

“A redução do custo do Conselho e da carga tributária sobre a Odontologia em geral também é uma meta a ser ressaltada. Com vistas a uma mais justa divisão da carga fiscal, será adotado um novo sistema de cobrança que reduza a inadimplência – inclusive com a parceria junto ao comércio local para obtenção de descontos para os inscritos adimplentes, que receberão cartão de facilidades do

CRO-DF”, anuncia o presidente do Conselho.

A atual diretoria pretende ainda promover a transparência na prestação de contas, no uso do dinheiro público, na abertura do Conselho para as profissões auxiliares da Odontologia e no julgamento dos processos éticos. “A prevenção de faltas e de processos éticos será feita por meio da maior divulgação da deontologia profissional durante a formação dos cirurgiões-dentistas, ampliando o contato com o futuro profissional e agilizando a sua inscrição. Também há esforços para complementar e divulgar os prontuários

odontológicos, com vistas a um maior resguardo do paciente e do profissional”, ressalta Nilo Celso Pires.

Por fim, é intenção dos atuais conselheiros “propugnar pela harmonia de classe e entre todas as suas instituições em nível local e nacional, com a reforma e modernização de suas leis junto ao Poder Legislativo e nas demandas de seu interesse junto ao Judiciário”.

ABO-Taguatinga pretende instalar novos consultórios

Foto: ABO-Taguatinga

Desde o dia 1º de dezembro de 2006, a ABO-Taguatinga é presidida pelo cirurgião-dentista Sebastião Fialho. Lourivaldo Inácio da Silva, Helenice A. Naves Oliveira, Arilma Heleza de Souza, José Roberto Francisco Filho, Ricardo Salge Prata, Marcelo Sousa Gomes e Carlos Antônio de Oliveira completam a diretoria da entidade no período 2006/2008. As metas de trabalho da nova gestão, cuja posse contou com a presença do presidente do Sindicato, incluem a instalação de dois consultórios odontológicos, a fim de ampliar o atendimento comunitário que já é feito na EAP; montagem da sala de aula pré-clínica (laboratório de prótese); abertura de novos cursos de especialização e aperfeiçoamento profissional; compra de equipamentos periféricos para complementação da clínica da EAP; pavimentação, iluminação e



Diretoria da ABO-Taguatinga empossada em 1.º de dezembro de 2006

ajardinamento do estacionamento da sede nacional; construção de quiosque, cantina e guarita na portaria da sede social; construção de quiosque com churrasqueiras e iluminação do campo de futebol na sede campestre.

Entidades elaboram agenda conjunta de trabalho

As diretorias do SODF, ABO-DF, ABO-Taguatinga, CRO-DF e ABCD (Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas) têm se reunido mensalmente, desde janeiro último, com o objetivo de elaborar uma agenda de trabalho conjunta. A diretoria do Sindicato, em especial, está entusiasmada com a

iniciativa e empenhada em promover a unidade das cinco entidades representativas dos cirurgiões-dentistas no Distrito Federal.

Como resultado objetivo da aproximação das entidades, a Comissão Estadual de Convênios e Credenciamentos (CECC) está sendo reestruturada para ganhar mais força a partir de

sua profissionalização. A idéia é contratar um especialista no assunto para assessorar os trabalhos da Comissão.

A CECC está à disposição para receber e encaminhar as reivindicações dos cirurgiões-dentistas que trabalham com planos de saúde. Contatos podem ser feitos pelo telefone 3346 1811.

Associação dos Servidores da Cia. Urbanizadora da Novacap do Brasil

Diretores do SODF visitaram recentemente a ASCAP a fim de verificar a situação dos cirurgiões-dentistas que lá trabalham. O Sindicato constatou que realmente havia problemas e por isso acionou os órgãos competentes para as devidas providências. Qualquer profissional pode sentir-se à vontade para convocar representantes do Sindicato ao seu local de trabalho, se achar necessária a intervenção da entidade para sanar questões trabalhistas.

Campanha salarial de 2007 teve início com assembléia no dia 6 de fevereiro

De acordo com o que determina o Estatuto do Sindicato, foi realizada assembléia geral no último dia 6 de fevereiro, no auditório da ABO-DF, com o objetivo de dar início oficialmente à campanha salarial deste ano. Na semana seguinte (13.02), aconteceu a assembléia específica dos cirurgiões-dentistas da Secretaria de Saúde, também no auditório da ABO-DF, para definição da pauta de reivindicações a ser encaminhada à instituição. Os profissionais da SES-DF elegeram como prioritários os seguintes pontos:

- isonomia salarial com os médicos;
- equipar as unidades de saúde e substituir os equipamentos obsoletos;
- criar serviço de manutenção dos equipamentos odontológicos;
- realizar concurso público para CD com a finalidade de preencher as vagas existentes e ampliar a rede;
- contratar THDs concursados para

suprir a carência da rede;

- regularizar a situação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), preenchendo vagas de CDs e THDs por meio de concurso público, além de providenciar equipamentos e instrumentais;

- implantar um CEO em cada regional de Saúde do DF;

- reajustar o auxílio-alimentação para R\$ 537,00, mesmo patamar da Câmara Legislativa;

- liberar a carga horária de dois servidores para a diretoria do SODF, com manutenção da remuneração;

- implantar pronto-socorro odontológico 24 horas em todas as regionais de Saúde.

O próximo passo será solicitar audiência ao secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, para dar início ao processo de negociação. É importante a categoria ficar atenta e acompanhar as próximos movimentos do SODF, tais como reuniões, assembléias e outros.

Campanha nas demais instituições

Com faz todos os anos, o Sindicato convocará os profissionais das outras empresas/instituições para as assembléias da campanha salarial. No entanto, os dentistas que desejarem já podem fazer contato com o SODF e solicitar a negociação. Vale lembrar que o êxito da campanha salarial depende, sobretudo, da participação dos maiores interessados: os próprios cirurgiões-dentistas.

Acordo no Sesc-DR

Reajuste salarial de 6% e garantia do adicional de periculosidade no valor de 30% do salário contratual foram algumas das cláusulas pactuadas no Acordo Coletivo de Trabalho de 2006/2007 dos cirurgiões-dentistas empregados do Sesc-DR.

SES-DF promove capacitação em DST/HIV/Aids para profissionais de saúde bucal

Foto: M. Koshaka

A Gerência de DTS/Aids e a Gerência de Odontologia da Secretaria de Saúde estão promovendo, com o apoio do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, capacitação nessas áreas para cirurgiões-dentistas e técnicos de enfermagem da SES-DF. O primeiro momento presencial do curso aconteceu no período de 20 a 23 de novembro de 2006, no Centro de Saúde n.º 1 (Hospital-Dia), com a participação de 30 profissionais, como informa o CD Márcio Koshaka, monitor do projeto.

A capacitação tem como objetivo geral ampliar o acesso, fortalecer a descentralização e qualificar as ações e serviços da atenção integral em saúde bucal para as pessoas vivendo com HIV/Aids no DF. Pretende-se,



especificamente, qualificar as equipes de saúde bucal das unidades básicas de saúde previamente selecionadas para as seguintes tarefas: como facilitadores de processos de educação permanente em saúde bucal para DST/Aids nos seus locais de atuação, no acolhimento e humanização às

peças que vivem com HIV/Aids e nas ações de biossegurança, com foco no controle da infecção cruzada.

Durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, os participantes da capacitação foram incumbidos de discutir, elaborar e executar protocolos de ação baseados nas unidades 1 ("O facilitador de práticas de educação permanente em saúde") e 2 ("Atenção em saúde

bucal às pessoas vivendo com Aids") da primeira etapa da capacitação. O segundo momento presencial está previsto para acontecer no período de 13 a 15 de março próximo. A capacitação, num total de 148 horas, será concluída com um seminário distrital.

Projeto de lei do Ato Médico tramita na Câmara dos Deputados

Depois de aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, em votações ocorridas no dia 29 de novembro e 6 dezembro de 2006, o substitutivo da senadora Lúcia Vânia ao PLS 25/02 (conhecido como Projeto de Lei do Ato Médico), que tramitou em conjunto com o PLS 268/02, foi enviado para apreciação na Câmara dos Deputados, onde recebeu o número 7.703/06. São oito artigos que definem as atribuições do médico em diagnóstico, prescrição, ações privativas e ações compartilhadas com os demais profissionais. O texto permite que outros profissionais também possam exercer a direção administrativa de serviços de saúde.

Em relação às atividades privativas, o substitutivo é mais detalhado e extenso do que os projetos originais e, segundo Lúcia Vânia, excetua diversas atividades que podem ser praticadas por outros profissionais de saúde. “Esse detalhamento, associado às exceções, permitiu que o texto final fosse obtido por consenso entre os representantes dos médicos e dos demais profissionais da área”, assegurou a senadora na justificativa da nova proposta.

O texto aprovado contemplou o que reivindicavam as demais categorias. Ao longo do processo de tramitação do projeto, foram necessárias diversas reuniões e audiências públicas para que se che-

gasse a um acordo sobre a delimitação das atribuições dos médicos e dos outros profissionais da área de saúde. Embora o artigo 6.º tenha excluído a Odontologia do projeto, a FIO participou de todas as etapas da luta que culminou na nova redação, por entender que o Sistema Único de Saúde é de todos. Na opinião dos representantes da Odontologia, o que importa, seja em relação ao PL do Ato Médico ou a qualquer outra proposição, é o atendimento integral e de qualidade à saúde da população, respeitando-se as atribuições de cada categoria.

*Com informações do
gabinete da senadora Lúcia Vânia
e da Agência DIAP de Notícias*

Mesa Nacional conclui diretrizes do PCCS-SUS e critérios para cedência de pessoal

A Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS entregou ao presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Francisco Batista Júnior, no dia 9 de novembro último, o Protocolo de Diretrizes Nacionais para Instituição de Planos de Carreiras, Cargos e Salários no Sistema Único de Saúde (PCCS-SUS). O documento define os princípios e as prioridades que os gestores, nas três esferas de governo, deverão seguir na elaboração de planos de cargos, carreiras e salários para os trabalhadores do setor público e da rede privada conveniada ao SUS.

A Odontologia é representada na Mesa Nacional pelo diretor da FIO Wellington Moreira Mello (MS), que participou ativamente de todo o processo de discussão e elaboração do Protocolo de Diretrizes para



Wellington Moreira Mello, representante da FIO na Mesa Nacional de Negociação, assina o documento com as diretrizes do PCCS-SUS

o SUS e do Protocolo de Cessão de Pessoal no SUS.

Este documento estabelece critérios e orientações sobre a transferência de força de trabalho entre os governos estaduais, municipais e federal, buscando assegurar os direitos, as vantagens e os deveres dos servidores. Os dois protocolos resultaram de um processo contínuo de negociação que vem acontecendo em todo o país, nos últimos três anos, sob coordenação da Mesa Nacional.

Conselho Nacional de Saúde é presidido por representante dos trabalhadores

Eleito em novembro de 2006, o farmacêutico Francisco Batista Júnior presidirá o Pleno do Conselho Nacional de Saúde até 2009. Ele representa o Fórum Nacional dos Trabalhadores da Área de Saúde (Fentas) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT). A eleição para presidente do CNS significou um avanço histórico; desde a criação do colegiado, há 70 anos, o ministro da Saúde, por definição legal, é quem ocupava o cargo. O SODF avalia que, tão importante quanto a adoção do processo eleitoral democrático, foi a escolha de um representante dos trabalhadores, fato que contribuirá para o fortalecimento do controle social.

A Federação Interestadual dos Odontologistas integra o Pleno do CNS, representada pela colega Eufrásia Santos Cadorin, do Acre. Cabe ainda destacar que, durante a posse dos novos conselheiros do CNS, ocorrida em setembro último, a diretora do SODF e da FIO Rozângela Fernandes Camapum foi homenageada por seu destacado desempenho como conselheira do órgão.

Debates e deliberações importantes na última reunião da FIO em 2006

Foto: FIO

Dirigentes da FIO e dos sindicatos filiados à entidade reuniram-se nos dias 17 e 18 de novembro último, em Brasília (foto), com o objetivo de discutir vários assuntos de relevância para a Odontologia nacional. Também mereceram destaque as experiências e realizações dos sindicatos filiados, dentre eles o SODF.

Entre os assuntos em pauta, a diretoria da Federação ressalta a conclusão, pela Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, das diretrizes para o PCCS no Sistema Único de Saúde – essas diretrizes nortearão os planos de carreiras nos Estados e municípios;

a eleição dos membros do Conselho Nacional de Saúde, com a condução de um trabalhador para presidir pela primeira vez o órgão; os encaminhamentos e as ações da Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos e o impasse sobre a jornada de trabalho do cirurgião-dentista no serviço público federal.

A diretoria da FIO organizou ainda um debate sobre Previdência e Aposentadoria Especial. Para falar sobre o assunto, convidou o diretor de Previdência do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores dos Servidores do Estado de Goiás (Iпасго).



Carga horária do CD no serviço público federal

Federação trabalha para manter a jornada de 30 horas semanais

A Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) e o Conselho Federal de Odontologia (CFO) estão lutando juntos para que a carga horária do cirurgião-dentista no serviço público federal permaneça em 30 horas semanais, tendo em vista decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que alterou a jornada desses profissionais para 40 horas semanais.

No dia 21 de novembro de 2006, representantes das duas entidades nacionais tiveram audiência com o ministro Valmir Campelo, do TCU, que relatou o processo. Na oportunidade, apresentaram a defesa pela manutenção das 30 horas semanais. O ministro mostrou-se sensível à proposta das entidades e esclareceu que a única forma de alterar sua decisão seria por meio de recurso elaborado pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

No dia 29 de novembro, os representantes da FIO e do CFO reuniram-se com o secretário de Recursos Humanos do



Audiência no TCU: Samir Najjar (CFO), Rozângela Camapum (FIO), ministro Valmir Campelo e José Alberto Cabral (assessor jurídico do CFO)

Ministério do Planejamento, Dr. Sérgio Eduardo Mendonça, quando apresentaram a proposta das entidades e relataram a informação dada pelo ministro Valmir Campelo. O Dr. Sérgio Mendonça e sua equipe técnica concordaram com a defesa dos dirigentes da FIO e do CFO e ficaram de fazer o recurso para ser levado ao ministro Paulo Bernardo que, por sua vez, o encaminhará ao TCU.

A Federação e o Conselho Federal estão, dessa forma, fazendo todo o possível para resolver esse impasse.

FIO fará VII Congresso em 2007

“Perspectivas para a Saúde Bucal no Brasil” foi o tema central escolhido para o VII Congresso da Federação Interestadual dos Odontologistas (VII CONFIO). Todos os sindicatos filiados à Federação estão envolvidos na organização do Congresso.

Os temas dos painéis já estão praticamente definidos e vão tratar dos rumos das políticas de saúde bucal no Brasil, Regime Geral da Previdência Social, financiamento da saúde (realidade e perspectivas para a saúde bucal) e políticas de medicamentos em saúde bucal.

Em breve a FIO divulgará mais informações sobre o evento em folder específico. Os cirurgiões-dentistas interessados em participar do VII CONFIO podem entrar em contato com o Sindicato dos Odontologistas do DF.

Validação dos VRPOs

A Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos (CNCC), por meio das entidades que a integram, deliberou como prioridade para 2007 a validação dos Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPOs). Esse trabalho estará a cargo da FIPE, instituição nacional de reconhecida notoriedade.

Conversão da licença-prêmio em pecúnia

Os servidores públicos do Distrito Federal que trabalham ininterruptamente por cinco anos adquirem o direito à licença-prêmio de três meses, remunerada no mesmo valor dos seus vencimentos. Ocorre que, em diversos casos, os servidores se aposentam sem usufruir o referido benefício, seja por problemas de doença, seja por tempo de serviço. No entanto, é possível reaver esse direito, convertendo em dinheiro o período não gozado, ou seja, um salário para cada mês de licença-prêmio que não foi concedido pelo GDF.

É importante ressaltar que esse direito é aplicável aos servidores distritais e àqueles que não utilizaram o tempo de licença-prêmio na aposentadoria. Além disso, esta deve ter ocorrido há menos de cinco anos. Caso o servidor se enquadre nas condições acima, pode ser ajuizada ação, sendo necessária a seguinte documentação:

- cópia do processo administrativo de aposentadoria;
- identidade e CPF;
- procuração (com firma reconhecida);
- contrato de prestação de serviços.

Juros progressivos de 6% do FGTS

Quando da criação do FGTS, a lei definiu que os juros a serem pagos pelos agentes financeiros nas contas dos trabalhadores teriam remuneração crescente, indo de 3% a 6% ao ano, após 10 anos de trabalho na mesma empresa. Todavia, isso não ocorreu com todos os trabalhadores. Assim, têm direito ao pagamento das diferenças em seus saldos do FGTS todos os trabalhadores que:

- optaram pelo regime do FGTS até 20.09.1971;
- tenham optado pelo regime do FGTS no período de 20.09.1971 a 10.12.1973, e que posteriormente tenham feito a opção com efeitos retroativos, conforme disposto na Lei n.º 5.958/73;
- em 10.12.1973 contavam com 10 ou mais anos na mesma empresa, tendo optado pelo regime de FGTS com efeitos retroativos nos termos da Lei n.º 5.958/73.

Algumas ações ajuizadas pela Advocacia Riedel obtiveram êxito em todas as

instâncias judiciais, ou seja, garantiu-se aos trabalhadores a restituição dos valores mencionados. Confira a seguir a documentação exigida para o ajuizamento desta ação:

- procuração preenchida, datada e assinada pelo sindicalizado (modelo fornecido pelo Sindicato);
- cópia da identidade e do CPF;
- cópias de todos os extratos da conta do FGTS, obtidas nos bancos depositários, para que se possa calcular a recomposição das contas;
- cópias das folhas da carteira de trabalho que contenham: número, série e fotografia; qualificação civil do funcionário; data da admissão; carimbo da opção com retroatividade, indicando a data que retroagiu (se não existir página com este carimbo, apresentar documento comprobatório da data que retroagiu à opção); carimbo da Delegacia Regional do Trabalho que homologa a opção.

Diferenças da gratificação natalícia

De acordo com a Lei Distrital n.º 3.279/03, alterada pela Lei Distrital n.º 3.558/05, o 13.º salário dos servidores da administração direta, indireta e fundacional passou a ser pago no mês de aniversário do servidor, e não mais no mês de dezembro. Acontece que o GDF criou planos de carreira para várias categorias a partir de março de 2004. Por este motivo, os servidores que fizeram aniversário nos meses que antecederam os reajustes previstos nos planos de cargos e salários não receberam o reajuste na gratificação natalícia.

É possível recorrer à Justiça para receber tal diferença, com grande possibilidade de êxito. Vale, porém, ressaltar: apenas os servidores que receberam a gratificação natalícia sem considerar o reajuste concedido no plano de carreira, ou outro reajuste, é que podem ajuizar esta ação. Os interessados devem contatar o SODF para mais informações.

Multa de 40% do FGTS

Com o pagamento dos expurgos inflacionários referentes aos planos Collor e Verão, criou-se o entendimento de que os trabalhadores demitidos sem justa causa, ou que receberam a multa de 40% sobre o saldo do FGTS por outro motivo após a data dos planos econômicos (1988/1990), devem receber a diferença relativa à indenização da multa de 40% sobre o valor depositado na conta do FGTS. Têm direito a esse pagamento todos aqueles que receberam os expurgos inflacionários dos dois planos há menos de dois anos. Informe-se no Sindicato sobre a documentação necessária ao ajuizamento dessa ação.

Expurgo inflacionário do FGTS referente ao Plano Verão

Na qualidade de substituto processual, o Sindicato dos Odontologistas moverá ação com o objetivo de recuperar o expurgo inflacionário relativo ao Plano Verão (fevereiro de 1989 – 10,14%), aplicável às contas do

FGTS. Podem integrar essa ação todos os cirurgiões-dentistas que tinham valores depositados em contas vinculadas ao FGTS em fevereiro de 1989. Mais informações no SODF.